



# PROTEGE S/A PROTEÇÃO E TRANSPORTE DE VALORES

CNPJ/MF n.º 43.035.146/0001-85

## BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011 (Em milhares de Reais)

	2012	2011		2012	2011
<b>Ativo</b>			<b>Passivo</b>		
<b>Circulante</b>			<b>Circulante</b>		
Caixa e equivalentes de caixa	82.562	118.039	Empréstimos e financiamentos	15.207	23.429
Clientes	49.058	42.811	Fornecedores	11.403	8.522
Estoques	1.642	1.124	Obrigações sociais	69.843	61.035
Impostos a recuperar	7.699	12.137	Obrigações fiscais	37.113	29.518
Partes relacionadas	2.419	5.375	Partes relacionadas	4.735	1.877
Despesas antecipadas	11.205	9.505	Outras contas a pagar	12.279	23.417
Outras contas a receber	6.280	23.273	<b>Total do passivo circulante</b>	<b>150.580</b>	<b>147.798</b>
<b>Total do ativo circulante</b>	<b>160.865</b>	<b>212.264</b>	<b>Não circulante</b>		
<b>Não circulante</b>			Empréstimos e financiamentos	37.810	27.416
Partes relacionadas	119.830	113.775	Impostos diferidos	2.104	3.448
Depósitos judiciais	29.247	33.080	Obrigações fiscais	128.985	132.541
	149.077	146.855	Partes relacionadas	1.173	1.152
Outros investimentos	197	197	Provisão para contingências	25.148	23.034
Imobilizado	213.628	174.901	<b>Total do passivo não circulante</b>	<b>195.220</b>	<b>187.591</b>
Intangível	29.585	18.454	<b>Patrimônio líquido</b>		
	243.410	193.552	Capital social	11.620	11.620
<b>Total do ativo não circulante</b>	<b>392.487</b>	<b>340.407</b>	Reserva legal	2.324	2.324
<b>Total do ativo</b>	<b>553.352</b>	<b>552.670</b>	Ajuste de avaliação patrimonial	20.362	20.362
			Reserva de lucros a realizar	173.246	182.975
			<b>Total do patrimônio líquido</b>	<b>207.552</b>	<b>217.281</b>
			<b>Total do passivo</b>	<b>553.352</b>	<b>552.670</b>

## DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011		
(Em milhares de Reais)		
	2012	2011
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>676.506</b>	<b>624.996</b>
Custos dos serviços prestados	(449.123)	(388.090)
<b>Lucro bruto</b>	<b>227.383</b>	<b>236.906</b>
<b>Recursos (despesas) operacionais</b>		
Com vendas e comerciais	(3.277)	(2.807)
Gerais e administrativas	(206.921)	(162.977)
Outras receitas (despesas), líquidas	19.694	151.915
<b>(190.504)</b>	<b>(13.869)</b>	
<b>Resultado operacional antes dos efeitos financeiros</b>	<b>36.879</b>	<b>223.037</b>
Despesas financeiras	(18.303)	(37.043)
Receitas financeiras	13.481	20.713
<b>(4.822)</b>	<b>(16.330)</b>	
<b>Lucro antes do imposto de renda e contribuição social</b>	<b>32.057</b>	<b>206.707</b>
Imposto de renda e contribuição social correntes	(18.781)	(62.355)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.343	(1.498)
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>14.619</b>	<b>142.854</b>
<b>Lucro por ação</b>	<b>1,26</b>	<b>12,29</b>

## DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(Em milhares de Reais)						
	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucro a realizar	Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2010</b>	<b>11.620</b>	<b>2.324</b>	<b>63.728</b>	<b>20.362</b>	-	<b>98.034</b>
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	142.854	142.854
Dividendos propostos	-	-	-	-	(23.607)	(23.607)
Reserva de lucros a realizar	-	-	119.247	-	(119.247)	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2011</b>	<b>11.620</b>	<b>2.324</b>	<b>182.975</b>	<b>20.362</b>	-	<b>217.281</b>
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	14.619	14.619
Dividendos propostos	-	-	(9.729)	-	(14.619)	(24.348)
Reserva de lucros a realizar	-	-	-	-	-	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2012</b>	<b>11.620</b>	<b>2.324</b>	<b>173.246</b>	<b>20.362</b>	-	<b>207.552</b>

## DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO

EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011		
(Em milhares de Reais)		
	2012	2011
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>		
Lucro líquido do exercício	14.619	142.854
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:		
Depreciações e amortizações	16.986	17.170
Custo residual de ativo permanente baixado	1.978	12.105
Provisão para devedores duvidosos	1.938	952
Provisão para contingências	2.114	7.676
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(1.343)	1.498
Juros e variações monetárias provisionadas	(4.686)	(4.686)
Intercompanhias	3.698	7.410
Juros e variações monetárias provisionadas	<b>35.204</b>	<b>184.979</b>
(Aumento) redução dos ativos operacionais		
Contas a receber, líquidas	(8.085)	(8.271)
Estoques	(519)	(264)
Partes relacionadas	4.438	491
Partes relacionadas	4.464	(851)
Despesas antecipadas	(1.698)	(294)
Outras contas a receber	20.824	(23.311)
Aumento (redução) dos passivos operacionais		
Fornecedores	2.883	14
Obrigações sociais	8.808	9.870
Obrigações fiscais	4.039	(109.306)
Outras contas a pagar e depósitos judiciais	(11.138)	15.664
<b>Caixa líquido gerado nas atividades operacionais</b>	<b>59.220</b>	<b>68.721</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>		
Aquisição de imobilizado e intangível	(68.821)	(76.126)
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento</b>	<b>(68.821)</b>	<b>(76.126)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>		
Empréstimos e financiamentos captados	27.865	25.301
Empréstimos e financiamentos pagos	(25.214)	(19.797)
Juros pagos	(4.178)	(7.536)
Dividendos pagos	(24.349)	(23.607)
<b>Caixa líquido gerado (utilizado) nas atividades de financiamento</b>	<b>(25.876)</b>	<b>(25.639)</b>
<b>Redução (aumento) dos saldos de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(35.477)</b>	<b>(33.045)</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa</b>		
Saldo final	82.562	118.039
Saldo inicial	118.039	151.084
<b>Redução (Aumento) dos saldos de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(35.477)</b>	<b>(33.045)</b>

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(Em milhares de Reais)

**1. Contexto operacional:** A Protege S/A, Proteção e Transporte de Valores (Companhia) é uma sociedade anônima de capital fechado, com capital (100%) brasileiro, que tem por objeto social a prestação de serviços de transportes de valores em veículos especialmente construídos para esse fim e custódia de valores. Adicionalmente, presta serviços para estabelecimentos financeiros, comerciais, industriais e outros. A Companhia está sediada na cidade São Paulo, Estado de São Paulo à Rua dos Coqueiros, 1300 e tem base para prestação de serviços nos Estados do Rio de Janeiro, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Santa Catarina e no Distrito Federal. **2. Apresentação das demonstrações financeiras: a. Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC):** As demonstrações financeiras preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a Legislação Societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 25 de abril de 2013. **b. Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, devidamente reconhecidos no resultado. **c. Moeda funcional e moeda de apresentação:** Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo. **d. Uso de estimativas:** A preparação de demonstrações financeiras exige que a administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. Sendo assim, nas demonstrações financeiras são incluídas diversas estimativas referentes a ajustes a valor presente, provisão para créditos de liquidação duvidosa, título do ativo imobilizado e provisões necessárias para passivos contingentes, a fim de calcular projeções para determinar a recuperação de saldos do imobilizado e intangível, bem como para determinar a provisão para imposto de renda. **e. Reclassificações:** Para fins de comparabilidade, no balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2011 foram reclassificados o montante de R\$8.216, anteriormente apresentado nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2011 na rubrica de impostos diferidos no ativo não circulante, para a rubrica de impostos diferidos no passivo não circulante. **3. Principais políticas contábeis:** As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras. Certos valores no balanço patrimonial foram reclassificados para estar em conformidade com a apresentação do ano corrente (veja nota explicativa 2e). **a. Instrumentos financeiros: i. Ativos financeiros não derivativos:** A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação, que é a data na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo ou passivo separado. Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. A Companhia classifica os ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis. **Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado:** Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Companhia. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo dessas ativos são reconhecidas no resultado do exercício. O ativo financeiro designado pelo valor justo por meio do resultado compreende as aplicações financeiras. **Empréstimos e recebíveis:** Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Os empréstimos e recebíveis abrangem contas a receber de clientes, partes relacionadas e outras contas a receber. **Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa compreendem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo. **ii. Passivos financeiros não derivativos:** Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando tem sua obrigação contratual retirada, cancelada ou vencida. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores, empréstimos e financiamentos, partes relacionadas e outras contas a pagar. **iii. Instrumentos financeiros derivativos:** A Companhia não detém instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2012 e 2011. **iv. Capital social: Ações ordinárias:** Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emis-

são de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários. Os dividendos mínimos obrigatórios conforme definido em Estatuto são reconhecidos como passivo, qualquer dividendo adicional só é registrado como passivo quando efetivamente aprovado pelos acionistas. **f. Imobilizado: i. Reconhecimento e mensuração:** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas de redução ao valor recuperável (impairment), quando necessário. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição do ativo. **ii. Custos subsequentes:** Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos correntes são reconhecidos no resultado quando incorridos. **iii. Depreciação:** Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica de cada componente. Terrenos não são depreciados. Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização. As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e comparativo são as seguintes:

Banheira em imóveis de terceiros	10%
Instalações	10%
Máquinas e equipamentos	10%
Móveis e utensílios	10%
Veículos	4% a 33,33%
Equipamentos de informática	20%
Laboratório eletrônico	10%
Equipamentos de vigilância eletrônica	10%
Outros	10%

**g. Redução ao Valor Recuperável (Impairment): i. Ativos financeiros não derivativos (incluindo recebíveis):** Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de reporte para determinar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se existir uma evidência objetiva de perda, como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados daquele ativo que podem ser estimados de uma maneira confiável. A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não-pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a renegociação do valor devido à Companhia em condições que a Companhia não aceitaria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. **ii. Ativos não financeiros:** Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não o imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, são revistas a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. O valor recuperável de um ativo é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes utilizando uma taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados ao menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado. As perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável. Uma perda por redução ao valor recuperável é revertida somente na extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. A Administração da Companhia não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de redução ao valor recuperável em 31 de dezembro de 2012. **d. Benefícios a empregados: i. Benefícios de curto prazo a empregados:** Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante esperado a ser pago para os planos de curto prazo de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva presente de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. **ii. Benefícios de término de vínculo empregatício:** Os benefícios de término de vínculo empregatício são reconhecidos como uma despesa quando a Companhia está comprovadamente comprometida, sem possibilidade realista de retrocesso, com um plano formal detalhado para rescindir o contrato de trabalho antes da data de aposentadoria normal ou prover benefícios de término de vínculo empregatício em função de uma oferta feita para estimular a demissão voluntária. Os benefícios de término de vínculo empregatício por demissões voluntárias são reconhecidos como despesa caso a Companhia tenha feito uma oferta de demissão voluntária, seja provável que a oferta será aceita, e o número de funcionários que irão aderir ao programa possa ser estimado de forma confiável. Caso os benefícios sejam pagáveis por mais de 12 meses após a data base das demonstrações financeiras, então eles são descontados aos seus valores presentes. **h. Provisões:** Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva presente que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. **i. Receita operacional:** A receita de serviços prestados é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes a prestação do serviço foram transferidos para o comprador, de que provável que os benefícios econômicos futuro fluirão para a Companhia; e as despesas incorridas com a transação assiram como as despesas para concluir a possam ser mensuradas de forma confiável. **j. Arrendamentos: i.**

**Ativos arrendados:** Ativos mantidos pela Companhia sob arrendamentos que transferem substancialmente para a Companhia todos os riscos e benefícios de propriedade são classificados como arrendamentos financeiros. No reconhecimento inicial, o ativo arrendado é mensurado pelo montante igual ao menor entre o seu valor justo e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento. Após o reconhecimento inicial, o ativo é contabilizado de acordo com a política contábil aplicável ao ativo. **ii. Pagamentos de arrendamentos:** Os pagamentos mínimos de arrendamento efetuados sob arrendamentos financeiros são alocados entre despesas financeiras e redução do passivo em aberto. As despesas financeiras são alocadas a cada período durante o prazo do arrendamento visando produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo. **k. Receitas e despesas financeiras:** As receitas financeiras abrangem as variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e juros. A receita de juros é reconhecida no resultado pelo método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas com juros, descontos concedidos e outras despesas bancárias. **l. Resultado por ação:** O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do período atribuído aos acionistas da Companhia no exercício, nos termos do CPC 41- Resultado por Ação. **m. Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social, do exercício corrente e diferido, são calculados com base nas alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado. O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável do exercício às taxas de impostos decretadas ou substancialmente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas reverterem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substancialmente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por diferenças temporárias dedutíveis quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável. **4. Determinação do valor justo:** Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia requerem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido determinados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos abaixo. Quando aplicável, informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas explicativas específicas a respeito de ativos ou passivos. **i. Contas a receber de clientes e outros recebíveis:** Os valores justos de contas a receber e outros recebíveis, excluindo construção em andamento, são estimados como o valor presente de fluxos de caixa futuros, descontado pela taxa de mercado dos juros apurados na data de mensuração. Contas a receber de curto prazo que não são sujeitos a correção de juros são mensurados ao valor original da fatura se o efeito de desconto a valor presente não é material. O valor justo é determinado na data de reconhecimento e, para fins de divulgação, na data base das demonstrações financeiras. **ii. Outros passivos financeiros não derivativos:** Outros passivos financeiros não derivativos são mensurados ao valor justo no reconhecimento inicial e, para fins de divulgação, a cada data de relatório anual. O valor justo é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de mensuração. Para arrendamentos financeiros, a taxa de juros é apurada por referência a contratos de arrendamento semelhantes.